

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL: MATERIALIZAÇÃO NA GESTÃO, NA OFERTA E NO CURRÍCULO

Edilza Vidal de Oliveira -PMCG/PB
edilzavidal@gmail.com

Maria Dolores Melo do Nascimento
dolores.cg@hotmail.com

Arlane Markely dos Santos Freire
arlanemarkely@yahoo.com.br

Introdução

O processo de reformas, com base na ideologia neoliberal, se inicia nos governos dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso , a partir de 1990, implantado e implementando reformas no Estado, fazendo opção pela abertura da economia aos capitais internacionais, levando o país a uma política de privatização sem precedentes, tanto de empresas estatais, como de outras organizações. Ao optar pela privatização, seguindo as orientações neoliberais e dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, os governos brasileiros implementam os ideais neoliberais, que aponta para o afastamento do Estado da retirada do Estado da área econômica, para intervir na área social. Na prática, o que se vê é o agravamento da questão social, com altas taxas de desemprego, congelamento de salários, sucateamento generalizado dos serviços públicos.

Entende-se que a lógica da educação não é uma lógica mercantil mercadológica, é a lógica da emancipação, que materializa em projetos educativos que implicam em formar cidadãos e uma sociedade pautada para a superação das desigualdades e dos processos de exclusão do acesso a bens socialmente construídos. A lógica mercantil e a política de privatização se associam as diretrizes dos organismos financeiros internacionais abrindo caminho para atuação dos empresários da educação - os filocapitalistas⁵¹, esses atores privados são sujeitos individuais e coletivos representantes das empresas educacionais com ou “sem fins lucrativos” representam empreendimentos fortemente rentáveis, inclusive com ações negociadas em bolsas de valores e abertas a investimentos externos. A privatização da Educação

⁵¹ “refere-se aos atores privados que, no Brasil, passam a disputar o conteúdo das políticas educacionais, disputa que, com os cortes nos fundos públicos, o crescimento de concepções conservadoras e liberalização econômica, tende a se acirrar” (Adrião,2018).

básica pública transfere as responsabilidades das atividades bens e serviços das instituições e organizações governamentais/públicas a setores privados, objetivando a retirada da educação do âmbito do direito social e sua inserção como serviço no interior do livre mercado.

Conforme Adrião (2018) a privatização da educação básica se materializa sobre as dimensões: a dos sistemas e materiais de apoio que alteram as diretrizes do ciclo básico. Examina a transferência para cooperações ou parafundações, institutos e equivalentes a elas associados, de aspectos fundamentais da política educacional, presenciando a privatização de processos como a definição dos currículos escolares dos sistemas públicos, a elaboração e aplicação de sistemáticas de avaliação desses; procedimentos de formação em serviços de educadores (professores e gestores); qualificação de assessorias técnicas e jurídicas governamentais, incluindo formas de supervisão das atividades de ensino desenvolvidas pelas escolas.

O trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica, e está dividido em duas partes. A introdução que contextualiza a temática e a segunda que discute a materialização da privatização da educação básica pública no Brasil examinando as formas e dimensões identificadas: gestão da educação; na oferta educacional e finalmente ocorrência de processos de privatização na dimensão dos currículos.

Materialização da privatização por meio da gestão, da oferta e do currículo

No Brasil, a materialização da privatização começa a se realizar efetivamente a partir dos anos 1990 com a Reforma do Estado conferida aos países latino-americanos, e que determina a responsabilidade e atribuições do Estado, do mercado e da sociedade na esfera educacional. Esta orientação para implementação desse molde de organização e gestão da educação se deu com a instauração da Reforma Educacional na região e no Brasil.

Peroni (2018) entende em suas pesquisas os sujeitos individuais e coletivos protagonistas do processo de privatização da escola pública e o conteúdo de suas propostas, tanto do ponto de vista mercadológico, como neoconservador. Neste contexto há uma multiplicidade de sujeitos com diferentes conteúdos, objetivando dar uma direção para educação pública. Em suas pesquisas sobre o tema, constata várias formas de privatização do público com implicações para democratização da educação, entre as quais alteração da propriedade (ocorrendo a passagem do estatal para o terceiro setor ou privado); através de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos (onde o privado acaba definindo o público), por fim, aquilo que permanece com propriedade estatal nas passa a ter a

lógica de mercado reorganizando os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional (PERONI, 2018,p.213) .

Tratando sobre a Privatização da gestão da educação entende-se os termos gestão e administração como equivalentes em seu sentido geral: tomada de decisão sobre recursos e processos adequados para os objetivos educacionais estabelecidos, de modo que a privatização da gestão da educação pública refere-se à subordinação ao setor privado dos processos relativos à definição dos meios e dos fins desta educação. Esta dimensão da privatização pode ser captada em dois âmbitos: privatização da gestão educacional, quando os processos decisórios sobre a política educativa de uma rede ou de um sistema público de ensino são delegados ou passam a subordinar-se a instituições privadas lucrativas ou a estas associadas e privatização da gestão escolar relativa aos processos de delegação ou subordinação da gestão de escolas a estes mesmos atores (PARO (1986), apud ADRIÃO, 2018, p.12).

Reforçamos que a Constituição Federal de 1988 garante no artigo 209 que o “O ensino é livre à iniciativa privada”. No entanto, com as reformas, abre-se a possibilidade do público administrado privadamente. Para Freitas (2019) o advento da privatização da gestão introduziu na educação a possibilidade de que uma escola continue sendo pública e tenha sua gestão privada (público não estatal). Assim, os serviços continuarão gratuitos para os alunos, mas o Estado transfere para a iniciativa privada um pagamento pela sua gestão, esse ajuste neoliberal no qual a política do Estado mínimo se assenta operando na descentralização dos recursos, que possibilita a terceirização e a precarização dos serviços cada vez mais acentuada.

Assim, o mercado de consumo de serviços educacionais está induzindo a educação pública no país a investir na conexão entre oferta e demanda. Cabendo aos responsáveis pelos usuários dos serviços o direito de escolher pela qualidade da educação para seus filhos, e o dever de controlar e exigir mudanças. E a escola por outrolado precisa apresentar resultados através de projetos educacionais diversificados para atender as demandas postas pelo mercado. Nessa perspectiva mudanças implementada o direito individual do consumidor prevalece sobre o direito social coletivo de educação para o cidadão. Para sustentar a ideia de “educação como mercadoria” é necessário elaborar estratégias com objetivo de informar aos responsáveis pelos usuários. Portanto, as estratégias como ranking e premiações estão sendo colocadas em práticas buscando fomentar a competitividade entre as escolas por captação de mais recursos e privilégios.

Considerações finais

Muito embora o Estado continue sendo o responsável pelo acesso, inclusive com a ampliação da oferta das vagas públicas, com garantia de financiamento público através da pesquisa identificamos que o conteúdo pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições privadas que transforma a educação básica pública em uma lógica mercantil, como discurso de contribuindo para melhoria da escola pública. Percebe-se ainda que, a influência do setor privado se materializa também através da direção e/ou execução das políticas educacionais, assumindo a direção dos processos pedagógicos de gestão e na execução, assumem a formação, a avaliação e o monitoramento.

A privatização da educação pública não é uma abstração, mas ocorre via sujeitos individuais e coletivos organizados em redes do local ao global que exercem diferentes graus de influências e falam de diferentes lugares: setor financeiros, organismos internacionais e setor governamental. Quanto a execução a mesma ocorre por parte do setor privado com financiamento público.

É importante destacar que o Brasil não tem um histórico democrático, e recentemente vivenciou uma ditadura militar, em 2016 passa por um golpe jurídico midiático parlamentar que instala no país um governo ilegítimo neoconservador que trata a privatização pública como uma realidade natural. Esse processo se agrava após o golpe de 2016 que tirou a presidenta Dilma Rousseff eleita legitimamente e o governo que assume avança com agenda neoliberal de minimização dos direitos sociais. Assim, encontra-se em um momento de correlação de forças com essa lógica onde a participação efetiva da sociedade é indispensável e fundamental para defesa da democracia e da igualdade social materializada em políticas públicas.

Quando é questionada a presença das entidades privadas, definindo ou executando as políticas sociais, e especificamente a educacional, aponta-se para a presença de instituições com interesses mercantis que trazem a lógica do mercado implicando em perdas significativas na concepção de democracia e de escola pública que defendemos.

Referências bibliográficas

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo Sem Fronteiras**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.8-28, jan. 2018.

BRASIL. Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm .

FREITAS, Luis Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2019. 160 p.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: Sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo Sem Fronteiras**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.212-238, jan. 2018.